Podcast de reportagem sobre os Direitos – Episódio 4:

O direito a participar na vida política e pública e a votar autonomamente

**Neven Milivojevic:** [00:00:16] Bem-vindo ao podcast de Reportagem sobre os Direitos. Este é um programa que visa melhorar os direitos dos cidadãos com deficiência visual na Europa. E o meu nome é Neven Milivojevic e vou apresentar o episódio de hoje. Hoje, vamos debruçar-nos sobre o importante direito a participar na vida política e pública e a votar autonomamente. Bem, este direito está claramente consagrado no Artigo 29.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Então, está claramente lá. Mas, infelizmente, as visões políticas nem sempre se transformam em realidade e podemos verificar que a implementação desses direitos muitas vezes não está em vigor…Assim hoje convidámos dois convidados, dois especialistas, um da Dinamarca e um do Reino Unido. E também aprenderemos mais sobre as diferentes barreiras e desafios, mas também falaremos sobre quais as possibilidades e o que pode ser feito para encontrar soluções. Mas antes de apresentar os nossos convidados, vamos ouvir a Tracy Dearing, uma política cega de Hull, no Reino Unido, e ela vai-nos falar sobre as suas experiências quando foi eleita vereadora no ano passado.

**Tracy Dearing:** [00:01:41] Obrigada pela oportunidade de poder falar convosco sobre a minha experiência na política enquanto mulher cega. Eu estava muito, muito interessada em defender a minha própria comunidade local e em defender as pessoas com deficiência na política, porque acho que é muito importante que tenhamos diversidade na política e uma variedade de vozes diferentes com opiniões sobre políticas e práticas e as decisões que nos afetam. A minha experiência, antes de tudo, em termos de campanha e de fazer parte de um partido político, foi, na verdade, muito positiva. Muitia gente me incentivou e recebi muitos apoios de voluntários do partido. E o partido deu-me apoio financeiro para obter algum apoio extra enquanto eu estava em campanha. No entanto, quando fui eleita vereadora, uma autarca, descobri que a câmara onde eu seria vereadora estava muito mal preparada para ter um vereador cego entre eles. E demorei bastante tempo para conseguir o apoio de que precisava. Por isso, eu acho que, antes de tudo, a câmara estava muito, muito mal preparada até mesmo para conversar comigo sobre o que é que eu precisaria para ser uma vereadora.

**Tracy Dearing:** [00:03:36] Eu acho que uma das grandes barreiras que enfrentei foi o acesso à informação e conseguir ler as mesmas informações que os outros vereadores. Bem, enfrentei uma grande desvantagem porque, como já disse, a câmara estava muito mal preparada, e simplesmente não conseguiu disponibilizar-me informação em diferentes formatos. Por isso, demorei algum tempo para me adaptar. Além disso, concluí que enquanto vereadora, há muitas reuniões formais a que precisamos de presidir e nas quais precisamos de participar. E tive a sorte de ser escolhida e eleita presidente do que chamamos uma comissão, uma comissão de avaliação que analisa as decisões da câmara. Mas os procedimentos formais da reunião tornaram de facto muito difícil para mim, enquanto pessoa cega, presidi-la. Assim, por exemplo, todos levantavam a mão quando queriam falar, o que inicialmente se tornou muito difícil para mim presidir a essa reunião. Eu tive que apresentar vários sistemas e maneiras novas que me permitiam presidir a esta comissão. Por outro lado, uma grande parte do meu papel era interagir com a comunidade. Assim, o mero ato de ter que me deslocar em segurança, conhecer pessoas, dar informações, viajar pelo mundo, bater à porta das pessoas era já muito difícil.

**Tracy Dearing:** [00:05:21] E como eu disse, a câmara estava muito mal preparada em termos de como iríamos trabalhar em conjunto para resolver isso. Assim, em primeira instância, eu não podia sair para circular em segurança na comunidade para realmente fazer o meu trabalho. Achei realmente muito difícil viajar pelo mundo. As negociações para conseguir obter esse apoio demoraram um pouco. Estou lá há oito meses e negociei com o governo e com a autarquia para conseguir um funcionário de apoio. E a funcionária de apoio ajuda-me a lidar com o meio urbano, bem, apoia-me nas viagens, a chegar onde eu preciso para me ir encontrar com as pessoas. Ela ajuda-me nas reuniões, e eu tenho conseguido material de leitura num formato que eu possa ler, mas tem demorado e a leitura das informações é ainda um desafio. Mas temos feito progressos e eu estou numa situação melhor. Mas estas são as coisas que eu acho que os políticos cegos enfrentarão diariamente. Obrigada.

**Neven Milivojevic**: [00:06:44] Gostaria de dar as boas-vindas aos nossos dois convidados para o podcast de hoje. Temos connosco da Dinamarca, a Diana Stentoft, que é a secretária geral da União Mundial de Cegos. Bem-vinda, Diana.

**Diana Stentoft:** [00:06:57] Olá. É muito bom estar aqui.

**Neven Milivojevic**: [00:07:00] E também temos connosco do Reino Unido, o James Adams, que é o diretor do Royal National Institute of Blind na Escócia. Bem-vindo, James

**James Adams**: [00:07:12] Olá. É muito bom estar aqui.

**Neven Milivojevic:** [00:07:14] É fantástico tê-los aos dois aqui. Então, James, o que pensa sobre a história da Tracy que acabámos de ouvir? Reconhece estes desafios? E o que acha que pode ser feito a propósito deste assunto?

**James Adams:** [00:07:31] Há três aspectos nesta história que me impressionaram em particular e nela existem soluções potenciais que podem ser implementadas para ajudar as pessoas como Tracy que querem entrar na vida pública e participar no processo político. A primeira coisa que me chamou à atenção foi que ela teve alguma ajuda e apoio do seu partido político local, e isso foi um apoio financeiro para poder ter alguém para a ajudar a fazer a campanha que precisava fazer para ser eleita. Eu acho que isso é algo que muitas vezes não está pensado. Se alguém é cego ou tem baixa visão, como vai sair e bater às portas, falar com os eleitores, entregar panfletos, o tipo de coisas que no Reino Unido que é feito pelos partidos políticos? Por isso, isso foi interessante para mim. A segunda coisa que achei particularmente interessante foi que a autoridade local, a camissão para a qual ela foi eleita, não parecia preparada para lidar com alguém que era cego e tinha sido eleito. E eu penso que isso é uma coisa estranha, já que eles já deviam saber que ela era candidata, e eles deviam saber que ela tinha perda de visão. E mesmo quando ela chegou… E a terceira coisa que me impressionou foi que ela achou difícil obter as informações que adquiriu e muitas informações no governo, muitos jornais, um grande volume de todo o tipo de coisa para ler.

**James Adams:** [00:09:06] E é fundamental e essencial que seja disponibilizada e acessível aos nossos representantes eleitos. Também achei a sua experiência de presidir a uma reunião, penso que ela foi nomeada para uma comissão de avaliação, uma função muito importante do governo e da nossa câmara. E, no entanto, ela foi incapaz de a começar por causa da falta de apoio para, de início fazer cumprir esse papel. Por isso, eu acho que o que a história demonstrou foi que as soluções existem. Acho que exige planeamento, previsão e envolvimento. Assim, no nosso partido político local eles ajudam a redigir, mas nem todos os partidos políticos ou grupos fazem isso, mas há algo para eles pensarem em termos de como eles poderiam apoiar alguém com deficiência e na elaboração de legislação. Não há razão para que uma autoridade local, uma câmara ou um parlamento não possa estar preparado para alguém com deficiência, ou alguem com uma incapacidade visual, ser eleito, porque isso vai acontecer e precisa de entender isso e de se preparar para isso. E a terceira coisa é que, nessa preparação, eles também devem, com um pouco de planeamento, ser capazes de tornar a informação acessível, e eles devem ser capazes de criar um mecanismo através qual alguém possa efetivamente presidir a uma reunião, liderar uma reunião, ou participar numa reunião. E assim, acho que essas são as três áreas que acho muito interessantes. Mas dentro delas estão as sementes de como essas coisas podem ser resolvidas para o futuro.

**Neven Milivojevic:** [00:10:39] Mas diria, James, que este caso é uma situação excecional? Ou diria que esta situação é frequente no Reino Unido?

**James Adams:** [00:10:48] Eu temo que essa seja a regra. É a minha intuição e de facto tenho amigos e colegas que foram eleitos para cargos políticos no Reino Unido. E é algo que eles enfrentam. É comum. Precisam de ter cotovelos fortes para ganhar os argumentos e obter o apoio que necessitam. Mas eles não deveriam ter que agir assim. É uma situação que deve estar contemplada com antecedência pelas autoridades**.**

**Neven Milivojevic:** [00:11:17] Bem, Diana, o que pensa sobre as possibilidades de participação na vida pública para as pessoas com deficiência?

**Diana Stentoft:** [00:11:25] Bem, eu acho que as minhas reflexões estão bem espelhadas no caso da Tracy. E se olharmos globalmente, estima-se que aproximadamente 15% da população mundial tenha algum tipo de deficiência de uma forma ou de outra. Mas olhando para os parlamentos, para as autoridades locais, para os municípios em todo o mundo, na verdade o que podemos ver é que muito poucas pessoas com deficiência são eleitas. Assim, com base apenas nisso, é muito difícil de constatar que as pessoas com deficiência estão realmente devidamente incluídas na vida pública. E eu acho que a Tracy acerta em cheio quando fala sobre as dificuldades em conseguir adaptações, como o James também mencionou. Mas outra coisa também, é que quando se fala mais especificamente sobre as pessoas com deficiência visual, uma coisa que se torna bastante clara é que ao tomar a decisão ou ao considerar o seu próprio tipo de interesse na vida política, e a vontade de se envolver na vida política e pública da sua cidade ou do seu país, há que realmente obter o tipo certo de informação para se envolver com um partido, para filtrar as informações que são necessárias e os requisitos para se tornar um agente ativo e se envolver plenamente. Na verdade, a acessibilidade a esse tipo de informação é muito deficitária em muitos lugares. Por isso eu acho que, para as pessoas com deficiência visual, até mesmo para começarem, se quiser, é realmente muito difícil e, novamente, está muito bem refletido no número de pessoas com deficiência visual que são eventualmente eleitas para um ou outro cargo.

**Neven Milivojevic:** [00:13:32] Então diria que a situação, por exemplo, na Dinamarca, de onde é, é muito semelhante à do Reino Unido.

**Diana Stentoft:** [00:13:38] Sim, é muito parecida. E, aliás, na verdade, há alguns anos, tivemos uma senhora, uma jovem senhora numa cadeira de rodas elétrica que veio para o parlamento porque tinha que substituir alguém que estava de licença. E eles tiveram que reconstruir a cadeira do orador, a área onde faria os seus discursos para permitir que ela chegasse até lá. E acho que isso diz tudo sobre as dificuldades que temos em assegurar a acessibilidade e as adaptações certas para permitir que as pessoas ocupem esse cargo. E gostaria de acrescentar um outro aspeto: a luta para chegar ao cargo, uma coisa são as campanhas eleitorais e todas as coisas que estão relacionadas com o conteúdo da vida política. Mas se se tem que lutar para obter as disposições certas ao lado da luta para ser eleito, acho que se torna quase desumano tentar concorrer a cargos nas várias eleições.

**Neven Milivojevic:** [00:14:56] Sim, é uma questão muito séria, sim. E, quero dizer, estamos agora a falar principalmente de uma responsabilidade da sociedade e das autoridades. Bem, vamos agora olhar para os partidos políticos. Eu acho que eles deveriam ter um papel mais importante no estímulo e capacitação de candidatos com deficiência. Então, por exemplo, James, você tem algum conselho aqui? O que é que os partidos políticos poderiam fazer não nas suas decisões como tomadores de decisão, mas mais enquanto partidos?

**James Adams:** [00:15:31] Sim, eu acho que isto é uma coisa muito, muito importante para explorar. Os partidos políticos querem ser representativos da sociedade. Então, para que isso aconteça, eles precisam de espelhar o seu entendimento e condução da sua administração interna e os seus processos para que seja de fácil acesso para as pessoas com deficiência. E também é importante que os partidos políticos construam modelos na sociedade para atrair outras pessoas para entrar na política que, de outra forma, pensariam que não é algo acessível ou possível para elas. Acho que uma parte da experiência da Tracy foi positiva, porque o seu partido político local ajudou-a e apoiou-a para poder fazer esse tipo de campanha e assim por diante. Acho que todos os partidos políticos podem aprender com isso. Eu tenho um amigo que é um vereador cego onde moro em Glasgow e ele acha difícil sair à rua sozinho ou com outra pessoa ou encontrar outras pessoas para fazer campanha porque ele não sabe dizer em que rua está às vezes ou em que porta ele vai bater. E são coisas muito básicas. No entanto, eles são absolutamente essenciais para isso, para a condução do processo político. E sabe, não devemos excluir as pessoas porque os partidos políticos não antecipam que isso possa ser um problema. Por isso, para eles encontrarem maneiras de poder ter algum recurso atribuído para poder fazer isso acontecer mais facilmente para as pessoas com deficiência. Eu acho, que isso é realmente muito importante.

**James Adams:** [00:17:10] E outro aspeto, que alguns partidos políticos fazem em maior ou menor grau, é construir redes dentro dos próprios partidos, e talvez através de redes inter-partidárias, de pessoas com deficiência, para se poderem apoiar, trocar informações, e resolver o lado técnico de como fazer campanhas e estar envolvido, eu acho que é muito importante. Eu também acho que os partidos políticos precisam de liderar na linha da frente. Eles têm que tornar as suas próprias comunicações acessíveis. Ainda há uma grande cultura no Reino Unido do panfleto político a passar pela porta de alguém e, obviamente, sendo um profissional do setor de deficiência visual, muitas vezes fico chocado com a falta de recursos básicos de acessibilidade nestes folhetos. Mesmo quando se trata das redes sociais, quando os partidos políticos publicam imagens e fotos, todos sabemos que podemos acrescentar algum texto e garantir que sejam descritas. Estas pequenas coisas básicas devem estar incorporadas no DNA das próprias operações dos partidos políticos, e porque isso por si só faz uma declaração e é mais inclusivo e envolvente. A última coisa que eu diria sobre isso, é que seria um bom começo se todos os partidos políticos estiverem determinados a tornar o processo de votação em si totalmente acessível. E esse é uma grande campanha que está em andamento no Reino Unido de momento.

**Neven Milivojevic:** [00:18:38] Bem, parece haver muitas coisas que podem ser feitas. Podemos voltar a esta questão sobre a votação. Mas Diana, eu tenho uma pergunta para si. ~~É~~ uma especialista em estruturas internacionais e na CDPD, que é a convenção das Nações Unidas. Quero dizer, isto é uma ferramenta que pode ser utilizada neste tipo de realidade que temos agora? E como é que os governos podem utilizar melhor esta CDPD para fazer a diferença? Poder-nos-ia falar um pouco sobre isso?

**Diana Stentoft:** [00:19:17] Com certeza. Em primeiro lugar, acho que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é uma ferramenta bastante importante porque no artigo 29.º, como também mencionou na introdução, Neven, na verdade, declara-se como é que as pessoas com deficiência devem ter o direito a votar, votar em segredo, ter acesso aos materiais de votação, e também como é que enquanto pessoas com deficiência, devemos ter acesso à vida pública e tão importante como isso, devemos ter a possibilidade de nos organizar. Por isso, esse artigo define na realidade o que seriam os direitos humanos muito básicos e também, quando se tem uma deficiência e eu acho que nesse sentido, podemos utilizar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como uma forma de esclarecimento sobre os nossos direitos humanos, porque é um enquadramento muito claro. É muito fácil de aceder, é de leitura muito simples. É uma forma de dizer que não é apenas um desejo individual de votar ou de ser parte ativa. Na verdade, é um direito humano. E eu acho que a transformação para pensar que fazer parte da vida política é um direito humano é muito importante porque isso torna-nos antes de mais humanos e depois, acidentalmente, com deficiência. Dito isto, também temos vários exemplos em que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi efetivamente posta em prática.

**Diana Stentoft:** [00:21:21] E quando um estado-membro ratifica a convenção, o que ele subscreve é ser monitorizado pelo mecanismo de monitorização da ONU, certificando-se de que, se ratificaram a convenção, realmente vão cumpri-la e reconhecer que está lá e tranpô-la para as suas leis e costumes nacionais. Então, basicamente, o que aconteceu na Dinamarca durante mais ou menos um período de dez anos, apenas para dar um exemplo, é que quando foi o Estado dinamarquês que teve que entrar no processo de monitorização, foi reconhecido que a Dinamarca tinha problemas com o Artigo 29.º porque não foram tomadas nenhumas providências nas assembleias de voto para garantir que as pessoas com deficiência visual pudessem realmente aceder aos materiais. E também, tinham que ser acompanhadas não apenas por um, mas por dois dos eleitores que estavam a supervisionar a eleição e não da sua escolha, mas acompanhadas por pessoas que foram escolhidas por outros. Assim, o seu voto não era secreto de modo nenhum. E as organizações de pessoas com deficiência na Dinamarca uniram-se e escreveram um relatório sombra ao mecanismo, mostrando como o estado dinamarquês não estava a cumprir o Artigo 29.º.

**Diana Stentoft:** [00:23:07] E passado algum tempo elaborou recomendações para que essas coisas fossem alteradas na lei dinamarquesa e nas estruturas que orientam os processos eleitorais dinamarqueses. Então, basicamente, desde há alguns anos, temos agora um sistema onde, em primeiro lugar, são fornecidas tecnologias de apoio. Assim, se tem baixa visão, pode ir, ainda pode usar a ampliação, pode obter uma luz melhor e assim por diante. Se for cego total ou se necessitar de assistência, tem agora a opção de trazer o seu próprio assistente à sua escolha e sem a presença de qualquer pessoa da assembleia eleitoral. Assim, isto aconteceu porque as organizações pressionaram e realmente se envolveram totalmente com a monitorização da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. E para ser honesto, nós lutamos por isso na Dinamarca há muitos anos, mas somente depois do estado dinamarquês ratificar a convenção e começarmos a utilizar esses mecanismos dentro da convenção é que alguma coisa aconteceu nas leis reais que orientam o processo eleitoral. Por isso, acho que estas coisas importam e acho muito importante utilizarmos estas ferramentas que temos disponíveis, embora seja um processo muito complexo e muito longo. Isto levou quase dez anos.

**Neven Milivojevic:** [00:24:56] Bem, mas é um bom exemplo. Mas posso perguntar-lhe, Diana, se isto significa que as organizações de pessoas com deficiência na Dinamarca consideram a mesma coisa o facto depoder votar de forma independente, ou poder trazer um assistente à sua escolha?

**Diana Stentoft:** [00:25:19] Não, não. E, na verdade, uma outra recomendação do Comité da ONU sobre a convenção é que, na Dinamarca, deveríamos introduzir mais tecnologia no nosso sistema eleitoral para que as pessoas possam votar completamente em segredo. Para que possam ir por conta própria e não precisem de trazer ninguém. Ainda não chegámos a isso. Por isso, eu diria que este é o primeiro passo do caminho. E tenho a certeza de que escreveremos outra seção no próximo relatório sombra pedindo que isto avance para que possamos votar em segredo.

**Neven Milivojevic:** [00:26:10] Muito interessante. Bem, eu sei, James, que tem trabalhado nesta mesma questão no Reino Unido para tentar encontrar soluções sobre como poder votar secretamente. Por isso, poderia falar-nos sobre os progressos nesta questão?

**James Adams:** [00:26:27] Sim, é um pouco complicado. Vou tentar fazer o meu melhor para não falar sobre os modos da governação no Reino Unido, porque há diferentes níveis de descentralização e administração e legislação diversa. E, em termos gerais, o que aconteceu no Reino Unido é que tem havido algo chamado dispositivo de votação táctil, que pode ser utilizado e que está garantido pela legislação nas assembleias de voto no Reino Unido. E esse é um dispositivo de plástico que se coloca por cima do boletim de voto. E saberia onde estaria, por baixo do dispositivo, o partido ou candidato em que deseja votar. Assim, podia saber que o seu partido ou o seu candidato estaria por baixo do número três, o que o ajudaria a saber onde colocar a sua cruz no boletim de voto. Agora, o que aconteceu é que isto foi contestado por uma pessoa cega que disse que por si só não garantia a confidencialidade e o sigilo do seu voto, pois ainda podia precisar de algum apoio. Por isso, isto passou pelo sistema judicial e pelo tribunal superior no Reino Unido. O Supremo Tribunal concordou com esse indivíduo e disse ao governo do Reino Unido que era ilegal. Nós consideramos que isto é difícil, mas por favor, arranjem outra maneira de resolver isto utilizando a tecnologia ou qualquer outra forma.

**James Adams:** [00:28:00] Por isso, isso é positivo. Assim, houve um processo semelhante ao da Dinamarca, começaram a ver como utilizar a tecnologia, as diferentes maneiras de fazer as coisas. O que aconteceu, é que agora o governo do Reino Unido está a apresentar outro projeto da lei eleitoral. Não por causa desse problema, mas porque eles estavam para avançar com isto de qualquer maneira. E eles decidiram mudar a legislação que garantia o dispositivo de votação táctil e dizer que isso já não era necessário. De forma alguma. Por isso, isto está a causar um problema ao RNIB e às pessoas cegas no Reino Unido, porque, embora essa não fosse a ajuda perfeita para o apoio, ela já era alguma coisa. E agora, eles dizem que não é necessária e querem diluir ou repensar isto. Eles querem diluir toda a disposição de proteção. Embora o governo do Reino Unido diga que está a procurar desenvolver outras maneiras de fazer isso e deixará isso para as áreas locais, os responsáveis das eleições locais decidirão o que é melhor para sua área local. O que achamos é que isso significará reduzir a disposição garantida de poder utilizar o apoio para poder votar em sigilo e confidencialidade. Por isso, há uma campanha em torno disso e estamos ativamente a fazer campanha e a pressionar o governo do Reino Unido sobre isto para mudar as mentalidades e robustecer as disposições, não para as enfraquecer.

**Neven Milivojevic:** [00:29:32] Devo dizer que entendo que se trabalhou muito com esta questão na Dinamarca e no Reino Unido. Mas eu tenho uma pergunta final para ambos. Quais acham que seriam as consequências de tantas pessoas com deficiência e, neste caso, cegas e amblíopes, não poderem participar plenamente na vida pública, vida política ou votar de forma independente? Poderiam dizer algo sobre isso? Vamos começar por si, Diana.

**Diana Stentoft:** [00:30:05] Sim. Bem, em primeiro lugar, acho que todos nós na maior parte do mundo vivemos, em democracia, de uma forma ou de outra, onde votar é visto como algo natural, algo que fazemos ocasionalmente e uma forma de influenciar a sociedade. E acho que para as pessoas que não têm acesso ao voto isso é desmoralizante. Isso explica como alguém é diferente, como não está a contribuir ou a participar. E eu acho que isso é uma coisa muito negativa para um indivíduo. E, ao mesmo tempo, às vezes pergunto-me o que é que aconteceria se realmente todos as pessoas com deficiência viessem emconjunto e votassem, tivessem acesso? Isso mudaria alguma coisa na política? O que é que aconteceria se chegássemos a esse ponto? Porque podemos ver em muitos países à volta do mundo, o número de pessoas com deficiência é muito maior do que o que vemos na Europa. E como é que isso poderia mudar o cenário da política se realmente estivéssemos todos “a bordo”? Por isso, eu acho que é um cenário interessante de criar às vezes.

**Neven Milivojevic:** [00:31:33] Interessante. E então, James, tem alguma opinião sobre isto?

**James Adams**: [00:31:37] Sim. Acho que uma outra maneira de ver isto é que a maneira como votamos no Reino Unido, e na maior parte da Europa, o método usado, desde meados do século XIX, tem sido com um pedaço de papel e um lápis onde selecionamos o nosso voto, colocamos o papel numa caixa e o nosso voto é contado. Agora, há muitas outras coisas que podemos fazer contagem eletrónica, votação postal, votação por telefone e o que acontece em algumas partes da Europa. Mas não pode ser o caso em que essa forma de votar 150 anos depois, com toda a tecnologia que temos, não seja possível identificar uma solução facilmente viável. Utilizar a tecnologia para dar às pessoas daquilo que é, sabe, o garante de um modo de vida democrático. É um direito humano poder expressar a sua opinião num voto secreto e confidencial. E é tão fundamental e há tanta tecnologia por aí. Só acho que precisa de ser resolvido. E seria muito interessante falar com a Diana sobre os trabalhos que estão a acontecer na Dinamarca, porque devemos trabalhar para reunir isto para obter soluções tecnológicas simples e viáveis para poder resolver este problema.

**Neven Milivojevic:** [00:32:54] Muito obrigado a ambos. Foi muito inspirador ouvi-los e também ouvir falar do trabalho de ambos. Agradeço também a todos os que estiveram a ouvir o podcast de reportagem sobre os direitos. Este programa faz parte do projeto europeu PARVIS, e este projeto é coordenado pela União Europeia de Cegos, a Associação Sueca de Deficientes Visuais e a Eye Association dos Países Baixos. E o projeto é apoiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia. Obrigado por isso. E ficou mais curioso sobre este assunto? Gostaria de saber mais? Bem, está convidado para entrar em contacto conosco. Pode encontrar os detalhes dos contactos nas notas do programa. Gostaria também de agradecer ao Emil Cornelisse, que é o nosso técnico de som e quem garante que todos sejamos ouvidos, Bem, o próximo episódio deste podcast será transmitido dentro de cerca de dois meses, por isso eu espero que o possa ouvir. Uma das formas, é, por exemplo, subscrevê-lo na sua app de podcasts, por isso não se esqueça. Até lá, muito obrigado e desejo-lhe um bom dia.

**Locutora1:** [00:32:19] Este podcast foi apoiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia.